

PORTUGUÊS

7º ANO



HABILIDADE:

EF69LP27 - Analisar a forma composicional de textos pertencentes a gêneros normativos/ jurídicos e a gêneros da esfera política, tais como propostas, programas políticos (posicionamento quanto a diferentes ações a serem propostas, objetivos, ações previstas etc.), propaganda política (propostas e sua sustentação, posicionamento quanto a temas em discussão) e textos reivindicatórios: cartas de reclamação, petição (proposta, suas justificativas e ações a serem adotadas) e suas marcas linguísticas, de forma a incrementar a compreensão de textos pertencentes a esses gêneros e a possibilitar a produção de textos mais adequados e/ou fundamentados quando isso for requerido.



Conteúdo das atividades:

Atividade 1: TEXTOS NORMATIVOS/LEIS E ESTATUTOS

Atividade 2: ACENTUAÇÃO/PROPÁROXÍTONAS

Atividade 3: TEXTOS NORMATIVOS

Atividade 4: TEXTO NORMATIVO – CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS

ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

1 Leia a definição a seguir para responder à questão.

O estatuto é um gênero textual do campo de atuação na vida pública, que apresenta alguns princípios para organizar e facilitar a convivência em sociedade. É um texto que tem valor de lei e apresenta normas que devem ser seguidas.

Agora, examine o seguinte trecho do Estatuto da Criança e do Adolescente para responder à pergunta.

“Estatuto da Criança e do Adolescente

Título I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.”

(Fonte: Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 3 mar. 2022.)

A respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente, pode-se considerar que:

- a) o objetivo do texto é dizer quais são os deveres das crianças e dos adolescentes.
- b) o texto tem como intuito definir que, segundo a Lei, são consideradas crianças as pessoas até os 21 anos de idade.
- c) não é um texto normativo, pois não se trata de uma norma, e sim de uma lei.
- d) é um texto normativo, mas que não tem valor legal, pois não serve para punir as pessoas.
- e) a intenção do texto é apresentar disposições que têm como objetivo garantir os direitos das crianças e dos adolescentes.

ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

2

Considere o trecho a seguir. Quais palavras preenchem corretamente os espaços? Leia com atenção para responder à pergunta.

“TÍTULO I

Dos Direitos do Consumidor

_____ I

Disposições Gerais

Art. 1º O presente _____ estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem _____ e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou _____ que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

§ 1º Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

§ 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.”

(Fonte: Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Direitos do consumidor. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 4 mar. 2022.)

As palavras acentuadas corretamente são:

- a) capítulo – código – pública – jurídica
- b) capitulo – código – publica – jurídica
- c) capitúlo – código – públíca – jurídica
- d) cápitulo – código – publicar – jurídica
- e) capitulo – código – publica – juridica

ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

3 Leia o texto a seguir para responder à questão.

“Art. 7º - São deveres dos condôminos:

- a) cumprir e fazer cumprir, por si, seus herdeiros, familiares, locatários, serviçais, visitantes e sucessores a qualquer título, o disposto nesta Convenção e no Regimento Interno; na Lei nº 4.591, de 16/12/1964;
 - b) concorrer para as despesas comuns, na proporção fixada pelo Capítulo III desta Convenção, de acordo com o orçamento anualmente fixado por Assembleia Geral, ou suas alterações subsequentes, também aprovadas por Assembleias Gerais, recolhendo as quotas nos prazos estabelecidos;
 - c) responder pelas multas aplicadas pelo Síndico, por infração comprovada desta Convenção, do Regimento Interno ou da Lei nº 4.591, de 16-12-1964;
 - d) respeitar a Lei do Silêncio, especialmente após às 22 horas;
- [...]”

(Fonte: Modelo de convenção para condomínio. Disponível em: www.normaslegais.com.br/guia/clientes/modelo-convecao-condominio.htm. Acesso em: 4 mar. 2022.)

Com base na leitura do artigo, é possível reconhecer no texto:

- a) a imposição de regras que impedem o bom convívio entre os moradores do prédio.
- b) uma intenção de impor normas capazes de impedir o cidadão de exercer sua liberdade.
- c) a presença de leis desconhecidas pelos moradores, gerando, assim, confusão na leitura.
- d) a importância das assembleias para decidir quais serão as multas aplicadas para os infratores.
- e) uma intenção de estabelecer regras referentes à administração do condomínio, bem como ao convívio entre os moradores.

ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

4

O texto a seguir faz menção a argumentos que conferem autoridade à informação apresentada. Você consegue reconhecer quais são eles? Faça uma leitura atenta e responda à questão.

“Governo proíbe sorteio de prêmios em redes sociais sem autorização

“Curta a página da empresa no Facebook e compartilhe uma imagem para concorrer a prêmios”. O procedimento é conhecido dos internautas que usam as redes sociais, mas deve tornar-se menos comum.

O Ministério da Fazenda proibiu que empresas façam sorteios ou distribuição de brindes e prêmios por meio de redes sociais sem autorização prévia. O pedido deve ser feito por ofício ou carta, somente por empresas (pessoas jurídicas).

A autorização é dada pela Caixa Econômica Federal, ou pela Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), no caso de instituições financeiras.

Se for comprovada alguma irregularidade, a empresa sofre uma multa de 100% do valor dos prêmios, e pode ser proibida de fazer promoção por até dois anos.

Prática já era ilegal

A portaria do Ministério da Fazenda é de 18 de julho, mas a prática já era ilegal. Uma lei de 1971 proibia que empresas comerciais distribuíssem prêmios gratuitos, exceto por meio de concursos exclusivamente culturais, mas o texto foi reforçado para coibir a prática nas redes sociais.

“Antes da portaria, essa exigência já era feita, mas as regras da distribuição gratuita de prêmios não tinham de forma expressa a determinação para que as empresas de rede social requisitassem a autorização”, informou o Ministério em nota.

[...]”

(Fonte: Luiza Calegari. Governo proíbe sorteio de prêmios em redes sociais sem autorização. UOL, São Paulo, 26 jul. 2013. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/07/26/governo-proibe-sorteio-de-premios-em-redes-sociais.htm>. Acesso em: 7 mar. 2022.)

Pode-se dizer que a informação comunicada na notícia é sustentada pela menção:

- a) indireta à portaria do Ministério da Fazenda e à lei de 1971 que proibia a distribuição de prêmios.
- b) direta à autoridade da caixa Econômica Federal, que proibiu os sorteios nas redes sociais.
- c) direta às leis e portarias que impedem a realização dos concursos e premiações.
- d) ao uso indevido das redes sociais como forma de distribuir prêmios.
- e) à ilegalidade da prática dos concursos, que não é autorizada pela Caixa Econômica Federal.